ALIMENTOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DR. JUIZ DE DIREITO DA ...VARA DE FAMÍLIA COMARCA DE ………………**

………………, brasileira, casada, do lar, domiciliada nesta cidade e residente na rua ………………, n. ……, por seu advogado infra-assinado, com instrumento de procuração incluso (doc. 1), vem perante Vossa Excelência para propor **AÇÃO DE ALIMENTOS**, nos termos da Lei n. 5.478/68, em desfavor de ………………, brasileiro, casado, industriário, domiciliado nesta cidade e residente na rua ………………, n. ……, pelos fatos adiante expostos:

1. A requerente é casada com o requerido, em regime de comunhão de bens, desde a data de ………… (doc. 2), nascendo, deste casamento, os filhos menores ………………, de …… anos, e ………………, de …… anos (docs. 3 e 4).

2. O requerente, há cerca de 5 meses, abandonou o lar passando a conviver com outra mulher no endereço acima indicado, deixando de concorrer para a manutenção da família, mesmo sabendo que a requerente, que ora mantém a guarda dos filhos, não exerce qualquer atividade remunerada.

3. Em face dos encargos de alimentação, vestuário, educação e aluguel, que ficaram sob a responsabilidade da requerente, é justo que os alimentos sejam fixados, desde agora, provisoriamente, em 40% do salário do requerido.

Pelo exposto, em conformidade com a Lei n. 5.478/68 e art. 852 do CPC, requer:

a) que seja expedido ofício à empresa ………………, localizada na rua ………………, n. ……, onde trabalha o requerido, determinando que, a título de pensão provisória, seja efetuado o desconto de 40% do seu salário, valor este que deverá ser depositado, mensalmente, na conta n. …………, do Banco ………………, em nome da requerente, até o dia 10 de cada mês;

b) a citação do requerido para, querendo, contestar a presente, sob pena de revelia e confissão;

c) o depoimento pessoal do requerido na audiência que Vossa Excelência designar;

d) a intimação do representante do Ministério Público;

e) a produção de prova testemunhal, na audiência designada, conforme rol que adiante se apresenta;

f) que, ao final, seja o requerido condenado a pagar, em caráter definitivo, uma pensão no valor que Vossa Excelência arbitrar e condenado, ainda, nas custas processuais e honorários de advogado;

g) que à requerente seja concedido o benefício da Justiça gratuita, em face da comprovada falta de condições de a mesma arcar com as despesas do processo.

T. em que

E. deferimento.

………………, …… de ………………de 20……

Advogado(a)

OAB/……

Rol de testemunhas:

1. ………………, brasileiro, solteiro, comerciário, residente nesta cidade, na rua

………………, n. ……, e local de trabalho sito na rua ………………, n. ……

2. ………………, brasileiro, casado, industriário, residente nesta cidade, na rua

………………, n. ……, e local de trabalho sito na rua ………………, n. ……